

Trajetórias e Tomadas de Posição no Campo Ambiental: práticas sociais para reciclagem



Cassiano Pamplona Lisboa
Leandro Rogério Pinheiro
Marcio Freitas do Amaral
Tiago Daniel de Mello Cargnin

RESUMO – Trajetórias e Tomadas de Posição no Campo Ambiental: práticas sociais para reciclagem. Considerando a legitimação da questão ambiental com argumentos junto a conflitos sociais, na composição de esferas institucionais e na interiorização e instituição de novas práticas sociais (Lopes, 2006), analisamos as atividades voltadas à reciclagem de resíduos sólidos e os coletivos construídos a partir daí. Procuramos acompanhar movimentos e configurações do *campo ambiental* (Carvalho, 2005; 2002) junto a ações coletivas vinculadas à coleta, triagem e comercialização desses resíduos em Porto Alegre/RS, buscando compreender a relação entre os trabalhadores de unidades de triagem com o *ambiental*, como discurso e universo simbólico. Partimos de narrativas dos sujeitos atuantes, considerando trajetórias de vida e trabalho, bem como suas tomadas de posição, observando como, ao se inscreverem em um campo que os antecede e ultrapassa, os sujeitos o reescrevem.

Palavras-chave: **Campo ambiental. Racionalidade ambiental. Reciclagem de resíduos sólidos.**

ABSTRACT - Trajectory and Decision Making in the Environmental Field: social action toward recycling. Considering the legitimacy of the environmental issues while reasoning about social conflicts, in the composing of institutional spheres and building of the new social acts (Lopes, 2006), we direct our analysis to solid residue recycling activities and to the collective organizations derived from these. Here we seek to follow movements and configurations of the *environmental field* (Carvalho, 2005; 2002) together with the activities related to harvesting, selecting, and commercialization of solid residues in the city of Porto Alegre, in an attempt to comprehend the relationship established between workers of the selection units with the *environment* while discussing the symbolic universe. We start from the narration of the operative subjects, including unit workers, technical personnel, public personnel, along with other partners, considering life and work historical facts and their decision making, observing how, as they are assigned in a field that both precedes and surpasses them, they then recreate it.

Keywords: **Environmental field. Environmental rationality. Solid residues recycling.**

No Brasil, assim como no restante do mundo, a emergência do *ambiental* como discurso e campo de disputas simbólicas é um fenômeno histórico recente¹. Dá-se atrelado ao desenvolvimento tecnológico e científico (ao mesmo tempo *causa e possibilidade de diagnóstico* dos problemas de saúde e ecológicos resultantes de nossas atividades) e à contracultura das décadas de 1960 e 1970; às lutas do movimento ecológico e à ampliação do debate acerca dos limites de nosso modelo de desenvolvimento; ao surgimento de novas pautas de reivindicações, assim como ao processo de redemocratização do país. Esse movimento, entretanto, não se restringe a (nem se permite apreender em) uma sequência linear (com sentido crescente) de acontecimentos; compreende todo um conjunto de avanços e recuos, produções de discursos, reações, resistências e redirecionamentos.

Vinculado ao desenrolar desses processos e de modo especial aos debates acerca da produção e destinação de lixo, temos, em nível mundial, a emergência e consolidação de uma cadeia produtiva organizada em torno da reciclagem de materiais. Diferentemente disposta em cada um dos países e em cada uma de suas regiões, a trama de relações sociais que sustentam e significam o trabalho de reciclagem, em uma das pontas da cadeia, e a coleta, a triagem e a comercialização dos materiais recicláveis, na outra, se inscrevem no campo ambiental, reescrevendo-o de formas específicas. No Brasil, por exemplo, o contingente de catadores e catadoras de materiais recicláveis² é estimado em cerca de um milhão de pessoas³. Desse montante, a maior parte sobrevive em condições adversas: dificuldade de acesso aos serviços sociais básicos, como segurança, saúde e educação; precárias condições de moradia; ausência de vínculos empregatícios; rendimentos baixos e variáveis.

Inseridos em uma peculiar cadeia produtiva – que inclui catadores de rua, atravessadores, agiotas, entre outros –, esses trabalhadores e essas trabalhadoras, apesar (ou em função) das dificuldades, constroem formas próprias de sociabilidade; relacionam-se com um discurso de cunho ambiental, aderindo ou resistindo a ele; ressignificam suas trajetórias à luz das possibilidades disponíveis no presente; projetam-se em direção ao futuro, por mais incerto e interdito que esse se apresente. Uma trama complexa de atravessamentos nos desafiam, ao mesmo tempo em que convidam, ao aprofundamento da reflexão sociológica e educativa com vistas à construção de quadros socialmente mais justos e ecologicamente viáveis.

O presente trabalho, portanto, orienta-se nesta direção. Apoiando-se nas noções de *campo ambiental e sujeito ecológico* (Carvalho, 2002; 2005), *ambientalização dos conflitos sociais* (Lopes, 2006) e *racionalidade ambiental* (Leff, 2003) dispõe-se a tematizar sobre as relações desses sujeitos com o campo ambiental como discurso e universo simbólico, refletindo sobre suas tomadas de posição em relação a ele, bem como sobre a dimensão educativa presente nas atividades de reciclagem. A aposta por trás das intenções e argumentos que a seguir serão detalhados é a de que,

Ao tomar o campo ambiental como referência, pode-se compreender as motivações, os argumentos, os valores, ou seja, aquilo que constitui a crença específica que sustenta um campo. Desta forma, é possível indagar pelos significados que, investidos nas coisas materiais e simbólicas em jogo no campo, orientam a ação dos agentes que aí estabelecem um percurso pessoal e profissional (Carvalho, 2005, p.53).

Em seguida, detalharemos as referencialidades adotadas neste texto, passando pela descrição de nossa imersão em campo. A análise que propomos trará características do campo ambiental em Porto Alegre, contextualizando a relação que catadores e recicladores estabelecem com discursos do espaço social onde atuam, a qual procuraremos problematizar, ao final, no que concerne à dimensão educativa das práticas e interações construídas pelos sujeitos.

Referencialidades

Frente às análises propostas neste artigo, cabe aqui ressaltar alguns conceitos fundamentais para compreendermos a relação dos sujeitos envolvidos nos processos de reciclagem com o campo ambiental, destacando questões e opções teóricas e metodológicas que orientam nossas buscas.

Ambientalização e campo ambiental

Em artigo publicado em 2006⁴, José Sérgio Leite Lopes retoma desenvolvimentos feitos em trabalhos anteriores acerca dos processos de “ambientalização” dos conflitos sociais. De acordo com o autor, antecedendo e acompanhando nos últimos 25 anos a pertinente inquietação das forças ambientalistas com os paradoxos do desenvolvimento econômico, é possível detectar em nosso país a existência de um processo “de invenção, consolidação e avanço da temática ambiental, que se manifesta também por conflitos, limitações internas, assim como por reações, recuperações e restaurações” (Lopes, 2006, p.32). Um processo de gênese e consolidação de um campo simbólico no qual se envolvem e relacionam diferentes sujeitos e grupos sociais.

Na mesma direção, Isabel Cristina Moura Carvalho (2002, 2005) nos apresenta a noção de *campo ambiental* definida como “certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular” (Carvalho, 2005, p.53). Importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida dos grupos e indivíduos, o *campo ambiental* é subdividido pela autora em duas dimensões principais: uma mais *estruturada*, mais estável (instituída), e outra mais dinâmica, *estruturante* (instituinte). À primeira dimensão, correspondem, por exemplo, as

políticas e leis ambientais, bem como outras estruturas organizacionais que regulamentam as atividades no seu interior. A segunda, por sua vez, diz respeito às trajetórias dos grupos e sujeitos; trajetórias que se inscrevem nesse campo e, ao fazê-lo, reescrevem-no. Carvalho ressalta, dessa forma, a reciprocidade das relações que animam o campo ambiental: transformações na dimensão estruturada implicam o rearranjo dos elementos instituintes da mesma forma que transformações na dimensão estruturante implicam o rearranjo dos elementos instituídos.

Em uma tentativa de aproximação dos dois esquemas, poder-se-ia interpretar o *campo ambiental* caracterizado por Isabel Carvalho como, ao mesmo tempo, condição de possibilidade e resultado sempre provisório do processo de *ambientalização* descrito por José Lopes; um processo histórico que, assim como outros processos similares, “implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas” (Lopes, 2006, p.36). Além disso, parece-nos pertinente acentuar, tanto o processo de ambientalização como o campo ambiental, naquilo que também os constitui e transforma – a saber, os diferentes discursos e posicionamentos de seus sujeitos –, revelam-se sob dupla dimensão: uma mais visível, tornada pública através de eventos, campanhas, programas de rádio e televisão; e outra menos visível, velada por esse mesmo circuito publicitário.

Racionalidade ambiental e sujeito ecológico

Ante as perplexidades, questionamentos e desafios que se apresentam contemporaneamente, relacionados à emergência e à consolidação de um *campo ambiental*, Leff tem nos instigado a refletir sobre os paradigmas que orientam nossas práticas. O autor argumenta que a crise ambiental que vivemos na atualidade é uma crise civilizacional: estaríamos vivenciando a necessidade de questionarmos as bases do pensamento moderno, que teria “coisificado” e fragmentado o mundo, visando a dominá-lo. Neste ínterim, a perspectiva científica, que cindiu sujeito e objeto, propiciaria uma relação que mercantiliza o ambiente, organizando-se em torno de um consumo de recursos insustentável.

Para Leff, o ambiente configura uma potência; enuncia os limites da racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade, voltada à busca de explicações totalizantes, unificadoras e homogeneizantes⁵. O ambiente pode ser entendido, então, como alteridade a provocar estranhamento, desejo, rupturas, aprendizagens ao nos dispor ao não compreendido, ao não concebido.

A complexidade ambiental demandaria outra racionalidade; o reconhecimento das disputas e contradições que constituem o campo, considerando as diferentes formas de concepção e apropriação da natureza a orientar práticas e tomadas de posição dos sujeitos. E aqui falamos de um sujeito que transita produzindo saberes encarnados pelo mundo/no mundo: os processos de iden-

tificação são construção desde lugares sociais específicos, engendrando uma interpretação e um posicionamento.

A configuração das identidades e do ser na complexidade ambiental se dá como o posicionamento do indivíduo e de um povo no mundo; na construção de um saber que orienta estratégias de apropriação da natureza e a construção de mundos de vida diversos (Leff, 2003, p. 47).

Dessa forma, concebemos dois posicionamentos articulados nesta pesquisa. Primeiramente, um vetor epistemológico orientado à busca das relações e identificações que constituem o campo em análise, o que nos induz ao diálogo com os recicladores visando aos saberes que elaboram em suas narrativas sobre o trabalho e o campo ambiental. Tratar-se-ia de, antes de estabelecermos classificações, procurarmos as tensões e disputas que compõem o contexto em análise.

Em segundo lugar, desenhamos uma postura metodológica e educativa, atenta às potencialidades para um diálogo de saberes no campo, como crítica ao espaço social da reciclagem, mas também entendendo que no contraste dialógico das diferenças podemos ampliar as bases de compreensão do ambiente, conforme sugere Leff (2003).

Como proposição, a racionalidade ambiental é configurada por Leff (2001) em quatro esferas: a) *substantiva*, como um sistema que define valores e objetivos; b) *teórica*, responsável por articular a racionalidade substantiva com processos ecológicos, culturais, tecnológicos, políticos e econômicos; c) *instrumental*, voltada aos vínculos técnicos e operacionais entre objetivos e condições materiais; e d) *cultural*, como sistema de significações diversos e não submetidos a valores homogêneos e generalizantes.

Nesse contexto, a *racionalidade ambiental* emerge como sendo orientadora de uma transição, da racionalidade científica e instrumental que sustenta o capitalismo, para uma lógica de desenvolvimento sustentável, mobilizando um conjunto de processos sociais como: a formação de uma consciência ecológica, o planejamento da administração pública e a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais, a reorganização do saber, a rearticulação de normas jurídicas e instrumentos técnicos, as significações e valores culturais, entre outros (Leff, 2003).

Para efeito desta problematização, detemo-nos às esferas substantiva e instrumental, entendendo serem essas as que melhor podemos caracterizar no curso de nossa pesquisa até o momento, aproximando nossa análise das condições objetivas construídas historicamente no campo e das interpretações produzidas pelos recicladores nas trajetórias que nos narraram.

No intuito de enunciar um posicionamento e um horizonte reflexivo, referimos ainda ao que Leff (2001) propõe como constituintes da racionalidade ambiental, nas esferas elencadas aqui, um conjunto de princípios éticos como, por exemplo: a satisfação de necessidades básicas e melhoria de qualidade de vida; a preservação do patrimônio de recursos naturais e culturais; a distribui-

ção de riqueza, renda e poder através de descentralização econômica; a gestão participativa e a distribuição democrática dos recursos ambientais. E, nesse ínterim, a elaboração e uso de instrumentos para a operacionalização de tais princípios seria necessário e expressaria a esfera instrumental dessa racionalidade.

Assim, imaginamos assumir um posicionamento teórico, indicando, ademais, horizontes educativos para uma investigação reflexiva acerca das atividades de recicladores. Nesse propósito, a produção de narrativas foi o artifício metodológico para a compreensão de saberes e tomadas de posição dos sujeitos, esboçando as tensões que constituem o campo.

Em campo: sobre narrativas, diálogos e técnicas

Identities e narrativas

Ao focar as trajetórias dos sujeitos e a forma como eles estabelecem relações que também são formativas do campo ambiental, pode-se ver marcas que configuram esse espaço como constitutivo de uma identidade narrativa, “que torna possível que sujeitos, desde sempre mergulhados na historicidade e linguisticidade, agenciem os fatos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo que quer comunicar certa experiência pessoal e social” (Carvalho, 2003; 2005). Essa associação propõe resgatar os contextos histórico-culturais específicos dos sujeitos, bem como suas singularidades e suas redes de relação, na perspectiva de perceber suas (re)construções nesse campo, suas (re)significações e apropriações manifestadas nas relações entre os indivíduos e a sociedade.

Assim, a identidade narrativa é relacionada a uma ação de construção de *biografia*, ou seja, histórias de vida em sua perspectiva mais ampla – relatos orais, longas entrevistas abertas, testemunhos escritos, documentos orais, descrição de trajetórias, entre outros (Marre, 1991; Eckert, 1994) –, operando com a ideia de que os indivíduos são atravessados por movimentos culturais e por processos históricos que influenciam sua forma de narrar-se.

Consideramos que a observação de práticas de integração, “ajustamento” às instâncias objetivas de pertencimento do sujeito a partir das narrativas, revelam, nas contribuições de Bourdieu (1996; 2007), certa “relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu, 1996, p. 139-140), referindo a ligação entre sujeitos e campo de ação. Assim, Bourdieu propõe que o espaço social se reconstrói em nós, gerando instrumentos para a *naturalização* e, também, para a reflexão do convívio, de forma que nos configuramos como estruturas estruturadas e estruturantes das relações sociais – seríamos, em parte, resultado das relações objetivas que vivemos, compartilhando socialmente práticas e interesses.

Assim, nossa participação no espaço social e nas práticas formativas que esse instaura se dariam a partir de relações de disputa, conforme o *quantum* de “poder sobre o campo (num dado momento) e, mais precisamente sobre o produto acumulado do trabalho passado, logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens” (Bourdieu, 2007, p. 134). Estruturalmente articulados ao campo⁶, estabelecemos estratégias de disputa pelos recursos disponíveis no *locus* de atuação.

Dessa forma, o autor fundamenta uma perspectiva que salienta a interdependência de nossa formação às condições objetivas que nos envolvem, de modo que possamos conceber a narrativa para além do depoimento pessoal, como fonte de caracterizações coletivas e sociais, incluindo aí as condições de poder. Compreendido dessa forma, o autorrelato, constitutivo de uma identidade narrativa, pode ser tomado, como salienta Isabel Carvalho, como :

[...] um focus privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. A biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária (Carvalho, 2003, p. 284).

Ao narrar-se, o sujeito manifesta sua identidade, sua relação com o campo social, suas associações, contradições e conflitos, manifestados na dinâmica das relações sociais de pertencimento, operando entre “a privacidade de um sujeito e o espaço sócio-histórico de sua existência” (Carvalho, 2003, p. 284).

Nesse processo de construção de uma identidade narrativa, percebemos, enfim, duas relações importantes para análises no campo social: primeiro, que os sujeitos ao narrarem-se, *revisitam* os elos estabelecidos entre o passado e o presente, construindo um inventário dos laços que são formados ao longo de sua trajetória. Podemos entender *laço* como uma metáfora representativa de uma teia de relações: laços de parentesco, de lealdade, de amizade, de geração, profissionais, simbólicos, entre outros, e que levam o narrador a refletir sobre sua relação (e condição) com o mundo no qual desenvolveu/desenvolve esses laços (Josso, 2006), destacando dessa forma, as relações sociais na qual a sua trajetória de vida está circunscrita, proporcionando uma análise mais consistente de seus pertencimentos.

E assim, em segundo lugar, ao narrar-se o sujeito manifesta uma (re)construção da trajetória histórica e cultural de determinado grupo ao qual relaciona um pertencimento, referindo aos processos constitutivos de um *modus operandi* de determinado grupo social com o qual manifesta algum tipo de associação (neste caso, os grupos de recicladores).

Sujeitos, diálogos e técnicas

Conduzida junto à população de catadores e recicladores organizados em associações ou grupos de trabalho dos três estados que compõe a região sul

do Brasil, a pesquisa da qual decorre o presente artigo integra um conjunto mais amplo de ações empreendidas pelo Governo Federal⁷ com o intuito de desenvolver políticas públicas na área de educação, trabalho e meio ambiente. Seus principais objetivos são a identificação de conhecimentos, técnicas e procedimentos aplicados na rotina de trabalho, bem como a reconstrução das trajetórias de vida desses sujeitos com vistas ao esboço de um perfil socioeducativo do catador na região sul do Brasil.

As informações que consideramos nesta análise concernem à primeira etapa de sua realização, quando foram consultadas cinco unidades de triagem das dezesseis existentes⁸ no município de Porto Alegre, segundo critérios de estruturação física e operacional das instalações, filiações políticas, vinculações comunitárias e distribuição geográfica na cidade.

Nossos diálogos incluíram aplicação de questionários para levantamento sociodemográfico (em 1/3 dos trabalhadores das unidades pesquisadas), a realização de entrevistas sobre as trajetórias de trabalho e vida dos catadores e levantamento sobre as condições de gestão e trabalho nas associações que consultamos, além de contatos eventuais com representantes do poder público e de organizações não-governamentais (ONG) que assessoram as associações. Dessa maneira, procuramos esboçar nossa narrativa sobre a constituição do campo ambiental em Porto Alegre e das tomadas de posição que catadores e recicladores constroem na inserção e convívio com as práticas desse *locus*.

A gestão dos resíduos sólidos em Porto Alegre e o campo ambiental: para situar a posição de recicladores

Conforme disposto anteriormente, a emergência e a consolidação de um *campo ambiental*, a partir do qual a noção de *racionalidade ambiental* pode ser colocada, não se dá mediante uma progressão linear com sentido crescente; pelo contrário, inclui todo um conjunto de avanços e recuos, resistências e reapropriações, transformações no Estado e no comportamento das pessoas.

Nesse sentido, a revisão dos caminhos percorridos pelo lixo urbano desde sua origem até a destinação final, bem como a reconstrução histórica dos principais procedimentos e técnicas utilizados para sua gestão, ao mesmo tempo em que permitem situar a atividade de reciclagem num contexto mais amplo, parecem-nos alusivas das tensões e dos movimentos característicos desse campo, já exercitando um tensionamento reflexivo a partir das esferas instrumental e substantiva da racionalidade esboçada por Leff (2001).

Até o início da década de setenta do século XIX, a gestão dos resíduos sólidos urbanos no município de Porto Alegre era uma atribuição dos cidadãos e se restringia à deposição ou incineração do lixo nos pátios e acessos das casas. Progressivamente, em função do aumento do número de habitantes e da incidência de epidemias (cólera, tifo e tísica), a limpeza urbana passa a ser

realizada e gerida pelo poder público (Costa, 1998; Oliveira, 1995). É interessante notar, nesse ínterim, que a encampação dos serviços de coleta e destinação de lixo pela municipalidade coincide temporalmente com outras iniciativas públicas de caráter higienista-disciplinador, tais como a proibição do estruço⁹ e da circulação de “vagabundos” e prostitutas em locais frequentados por famílias (Leal, 2008), configurando uma política “cujo fio condutor principal é o controle médico-científico do pobre” (Oliveira, 1995, p.48). Ou seja, a preocupação pública com a gestão dos resíduos urbanos no município de Porto Alegre, desde os seus primeiros momentos, apresenta-se marcada por tensões sociais mais amplas e profundas que aquelas provocadas pelo mero aumento da produção de lixo.

Nas primeiras décadas do século XX, nas quais se observa um significativo aumento da população e da urbanização da cidade, os principais destinos do lixo¹⁰ produzido na capital eram os fornos das ruas Sans Souci e São Manuel, além do existente na margem do rio Gravataí (incineração), as ruas, avenidas e áreas alagadiças próximas ao centro da cidade (aterro) e as celas do sistema Beccari¹¹ (compostagem). Entre as décadas de 1940 e 1960, após a desativação do sistema Beccari, a maior parte do lixo coletado em Porto Alegre passou a ser destinado à criação de porcos (Costa, 1998). Nesse esquema, os próprios suinocultores realizavam o recolhimento dos resíduos urbanos juntamente com os funcionários da Divisão de Limpeza Pública, tendo como contrapartida a “doação” do lixo arrecadado. Uma “solução” para o problema da crescente produção de resíduos que evidencia o caráter de mercadoria que o lixo assume em determinadas relações.

Nos anos subsequentes, em função da emergência e da consolidação do movimento ecologista e da consequente ampliação dos debates acerca dos limites do modelo de desenvolvimento capitalista, o universo simbólico a partir do qual a gestão dos resíduos vinha sendo pensada sofre uma significativa reformulação. É o momento da chamada “ecologização” das políticas de limpeza urbana (Oliveira, 1995). Observa-se, entre as décadas de 1960 e 1970, a ampliação (e, em alguns casos, até mesmo o deslocamento) do foco dessas políticas que passam a ser orientadas não apenas à promoção e manutenção da saúde pública, mas também à proteção da natureza. Dito de outro modo, “o lixo passa a ser visto como causador de poluição ambiental, exigindo um controle do efeito por ele causado sobre o meio” (Oliveira, 1995, p.56). É também nesse período que a distância entre a dimensão aparente e a dimensão velada – isto é, entre o discurso e os fatos constituintes – de um incipiente campo ambiental começa a se ampliar. Como exemplo disso, pode-se citar a larga utilização de lixo para a *recuperação de áreas* da capital através da técnica de *aterro sanitário*. Extensas áreas alagadiças adjacentes ao estuário Guaíba foram *urbanizadas* dessa forma. Ademais, a despeito das reformulações ocorridas no campo simbólico e dos discursos proferidos, presença e disseminação de lixões a céu aberto marcam a gestão de resíduos sólidos no município de Porto Alegre nas décadas de 1970 e 1980.

A reorientação das políticas de limpeza urbana na capital gaúcha se dá de modo mais contundente apenas no final dos anos 1980. A reciclagem de resíduos sólidos, por exemplo, apesar de figurar como horizonte a ser alcançado pelo menos desde a década anterior, torna-se uma aposta pública para a resolução dos problemas ambientais e sociais relacionados à produção e ao gerenciamento do lixo somente no início dos anos 1990. Tida até então como técnica pouco produtiva e, portanto, inviável em larga escala, a reciclagem de resíduos sólidos havia se restringido a algumas experiências-piloto (Oliveira, 1995) que, de modo geral, procuravam dar conta do crescente contingente de pessoas que viviam do lixo. A primeira associação de Porto Alegre, que foi também a primeira associação no Rio Grande do Sul, organizou-se em 1986, na Ilha Grande dos Marinheiros, a partir do trabalho eclesial de base da Igreja Católica desenvolvido pelos irmãos Antônio e Matilde Cechin (Martins, 2003). Note-se que em Porto Alegre, a organização de associações de catadores antecede à implementação da coleta seletiva municipal (iniciada oficialmente em julho de 1990). Ou seja, o que em um primeiro momento se apresenta como “radicalização da opção pelos pobres” (Martins, 2003, p.85), converte-se, num segundo momento, em “política inovadora em matéria de limpeza urbana” (Oliveira, 1995, p.115), adquirindo visibilidade sob a forma de discurso mais do que reformulando as relações da sociedade com seus resíduos.

Atualmente, o município de Porto Alegre conta com dezesseis unidades de triagem de resíduos sólidos, sendo quinze vinculadas ao DMLU, o que configura então a origem de *matéria-prima* para as associações na maioria dos casos. Essas, após selecionarem, classificarem e enfardarem o material, comercializam-no com *atravessadores*, sujeitos que, em pequeno número em Porto Alegre, regulam os preços nessa cadeia e, ademais, estabelecem laços relativamente estáveis na compra e colaboração (na forma de empréstimos) com as unidades.

Em uma caracterização breve, esses coletivos de trabalho são formados majoritariamente por mulheres (68%)¹². Essa proporção se encontra refletida na forma de organização das atividades produtivas e sugere uma possível divisão sexual do trabalho, orientada por um padrão de discriminação subjetiva e reforçada por noções preconcebidas sobre o que seriam tarefas tipicamente femininas e masculinas (Martins, 2003). De um modo geral, são as mulheres as responsáveis pelas atividades que exigem maior concentração e motricidade fina, como a triagem dos materiais, além daquelas tradicionalmente associadas ao sexo feminino, como a limpeza do local de trabalho e o gerenciamento das cozinhas/refeitórios. Os homens, por sua vez, desempenham predominantemente funções que exigem ou são relacionadas à força física, como o transporte de material (carregamento de fardos e esvaziamento de bombonas) e o manejo de máquinas pesadas (prensas, picadores, etc.).

Entretanto, no que se refere à gestão das unidades, vemos uma presença maior de mulheres ocupando os cargos de presidência/coordenação. Martins (2003), em estudo sobre essa população, afirma que o maior número de mulheres nas unidades as favorece para que ocupem cargos de liderança. De outro

lado, constatamos que as mulheres também apresentam uma rotatividade menor que os homens, condição que potencializa o envolvimento com questões relativas à organização do trabalho e gestão da unidade.

Essas mulheres constituem-se *chefes de família*, responsáveis por grande parte da renda familiar. A renda familiar média é de aproximadamente R\$ 740,00. Entretanto, destacamos que o número de dependentes dessa renda é bastante elevado (média de 4,64 pessoas), estabelecendo uma média per capita de R\$ 159,48. A atividade mais recorrente entre os familiares é a de *recicladora* (31%), sinalizando a relevância desse trabalho para a manutenção financeira dos núcleos familiares, o que pode ser observado também no percentual de contribuição da reciclagem para o rendimento familiar (67,82%).

Quanto ao perfil educacional de catadores e recicladores, esse se apresenta bastante fragilizado no que concerne às inserções no sistema de ensino. A maioria não desenvolvem, atualmente, nenhuma atividade de âmbito educativo e, em relação à formação realizada no passado, 96,9% afirmaram que tiveram algum contato com a escola em suas trajetórias de vida, mas apenas 18% concluíram o Ensino Fundamental e 7% o Ensino médio.

Ao longo desses mais de cem anos, ao mesmo tempo em que se pode identificar nuances de modificação nas relações entre os indivíduos e o lixo, promovidas pela entrada em cena do *ambiental*, percebe-se também a atualização de elementos que marcaram os desencontros entre a sociedade e seus diferentes resíduos em décadas passadas. A distância existente entre as dimensões aparente e velada do campo ambiental, ao que parece, ampliou-se nesse meio tempo: assistimos regozijados à promoção da reciclagem ao mais alto posto entre as técnicas “ecologicamente adequadas” para o tratamento do lixo; ao mesmo tempo, destituída de uma crítica sobre si mesma e, neste caso, sobre suas próprias condições de possibilidade e incremento, a reciclagem congrega sob condições precárias um contingente crescente de excluídos, homens e mulheres para os quais nada mais resta senão a venda de suas forças de trabalho em uma atividade insalubre e socialmente depreciada.

Caracterizado minimamente o entrelaçamento entre o campo ambiental e a gestão de resíduos em Porto Alegre, bem como a posição ocupada por catadores e recicladores, passaremos mais diretamente às narrativas desses sujeitos, vislumbrando suas tomadas de posição no espaço social, produzidas desde suas trajetórias de trabalho e sua inserção na atividade de reciclagem.

Atividade de reciclagem e educação: sobre a relação com o campo ambiental

Sujeitos, trajetória de trabalho e campo

A relação que catadores e recicladores constróem com as práticas do campo ambiental se articula ao trabalho que vêm desenvolvendo, que observamos

como a culminância de uma trajetória cuja narrativa está permeada pela precariedade e transitoriedade. A partir da proposta deste artigo, de analisar a relação entre os catadores e o campo ambiental, optamos por destacar alguns elementos constitutivos da realidade social desses sujeitos. É importante salientar que as entrevistas são, neste caso, mais do que instrumento de coleta de dados; consistem em um exercício de narrativa, de (re)construção de sua biografia e identidade, (re)visitando trajetórias, processos relacionais, culturais e sociais que se estabeleceram ao longo de sua história.

Na maioria dos casos, os sujeitos com os quais dialogamos possuíam idade superior a 30 anos, de maneira que sua participação no mundo do trabalho já consolidava algumas experiências. Dentre as atuações profissionais anteriores, predominavam inserções informais: serviços domésticos para mulheres e construção civil e indústria para homens. Há que se observar, também, o trabalho realizado para a subsistência familiar, em atividades agrícolas em cidades do interior do Estado.

Então se tu perguntar assim, o pessoal que está nos galpões, por exemplo, raramente tu encontra pessoa com mais de trinta anos que nasceu em POA. Os que nasceram em POA são os que estão com vinte, dezenove[...] os que estão com trinta, trinta e poucos, eles nasceram todos no interior[...] Mesmo esse que nasceu em POA, tu pergunta pra ele: teu pai nasceu aonde? Então sempre vai dar uma cidade do interior (Assessor - ONG).

Nas entrevistas, foi possível observar que a maioria dos trabalhadores em faixas etárias mais elevadas é oriunda de cidades do interior do Estado, tendo iniciado atividades de trabalho em tarefas conduzidas pela família (agricultura, extrativismo, etc.). Aqueles mais jovens vêm constituindo trajetórias na região metropolitana, em atividades como serviços domésticos, indústria e construção civil.

Eu estudei até meus 17 anos, depois eu comecei a trabalhar no reciclado [...] mas era assim, como é que se diz [...] numa firma informal. Era uma invasão, aí eu me encaixei lá no reciclado. [...] Ah, lá eu trabalhei em média um ano e meio, só. Um ano e meio. E não tinha carteira assinada, não tinha nada (Reciclador).

As trajetórias relatadas acentuam dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal, sendo a opção pela atividade de reciclagem uma alternativa que concilia o atendimento de algumas necessidades e condições pertinentes ao cotidiano desses sujeitos. A primeira que poderíamos referir é a proximidade das associações do local de residência, que junto à flexibilidade das relações de trabalho (horários a cumprir, dispensas, entre outros), facilita o cuidado e acompanhamento dos filhos e da família, além de reduzir os custos com deslocamentos até o trabalho.

Outra condição percebida é a presença de amigos e familiares nessa atividade, abrindo caminho para a inserção nesse segmento, de forma individual ou coletiva (através das associações).

E, por fim, interfere no ingresso ao campo através da reciclagem a ausência de requisitos de seleção como idade, escolaridade, condicionamento físico, *boa aparência*, residência fixa, entre outros usuais no mercado de trabalho, configurando a prática de catar e/ou reciclar como alternativa de inclusão ao trabalho em situações de extrema vulnerabilidade social.

[...] imagina se não tivesse uma reciclagem, sem uma oportunidade pra de menor que não tem serviço ainda[...] aqui já é um biquinho, já é dinheiro, que tu vai aprendendo. (Recicladora).

A vinculação dos sujeitos ao campo pode ser problematizada também se observamos outras duas condições produzidas por esses sujeitos no trabalho de reciclagem: rotatividade e expectativas futuras. Na maioria dos casos, visualizamos elevados índices de rotatividade entre os integrantes de associações de reciclagem, de maneira que essas pessoas oscilam entre atividades coletivas ou individuais (como catadores de rua), e ainda podem intercalar outras práticas para sua subsistência, mas dificilmente integrando vínculos formais.

Quando questionados sobre a continuidade no trabalho, a maioria dos sujeitos manifesta desejo de deixar tal ramo de atividade, em função da falta de direitos trabalhistas (como férias, 13º salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), da instabilidade dos ganhos e da insalubridade dos ambientes onde trabalham. Contudo, poderíamos considerar também a dimensão simbólica associada à prática de catação na rua e/ou de reciclagem em associações, geralmente desprestigiada, concebida a partir de sua interação com o objeto do trabalho, aquilo que a sociedade descarta, supostamente elimina e da qual gostaria de se distanciar.

Quando ele vem pro galpão de reciclagem e toda a sociedade enxerga o lixo como uma coisa suja, como último lugar, e ele tem que entrar pra dentro da reciclagem, ele entra ferido, na sua psique, ele fica uma pessoa assim: ‘bom, é o último lugar que sobrou pra mim’. E nós temos dificuldade de fazer esse resgate da auto-estima. Principalmente em relação a mulher [...] principalmente em relação a mulher negra e gordas (Assessor, ONG).

A relação com reciclagem parece compor uma trajetória de inserções informais no mundo do trabalho, contrastada nos depoimentos com o desejo de uma atividade estável, com direitos trabalhistas garantidos. Essa atividade configura-se como provisória e circunstancial e orientada predominantemente ao sustento, constituindo uma tomada de posição que, pautada por subsistência e precariedade das condições de labuta, organiza a vinculação dos recicladores com o campo ambiental.

[...] faz dezoito anos que tem galpão em POA [...] nós vamos ficar fazendo dezoito anos a mais e o que vamos chegar no final? Vamos chegar à conclusão que não se formou nenhuma liderança (Assessor, ONG).

A integração ao *locus* vem se constituindo com raros casos de desenvolvimento de liderança, os quais, mesmo quando iniciam um processo de discussão e debate sobre a dimensão ambiental, realizam-no, ainda sem considerar o campo ambiental como lugar de efetivação de expectativas, seja pela transitoriedade com que o concebem, seja pela forma como vivem a composição de forças desse espaço social, sem ver enunciadas possibilidades de mudança significativas para recicladores e catadores.

Para mim a importância que ela tem, é que a gente deixa, como nós dizemos, o nosso país limpo. Não tem aquele negócio daquela poluição que existia, largavam lá, eu acho que pro capricho da nossa cidade, este é um projeto bem bolado (Recicladora).

Visualizamos, ademais, que os recicladores reproduzem discursos usuais às práticas do campo, apropriando dizeres genéricos acerca da relevância da reciclagem para o planeta e para a sociedade. Referem quando necessário um arcabouço de conhecimentos aprendidos no trabalho, mas sem que percebamos pertencimento ou uma interação significativa com o que discursam: a alusão à importância da dimensão ambiental é instaurada como estratégia circunstancial, uma instrumentalização de noções presentes num espaço.

Aqui nos servimos da contribuição de Bourdieu (2007), inspiração na análise sobre a relação entre sujeitos e campo.

A teoria mais acentuadamente objetivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão de sua própria posição nesse mundo, a visão de sua identidade social (Bourdieu, 2007, p. 139).

Ao apropriar saberes desde as condições objetivas de ingresso e permanência que o campo ambiental lhes oportuniza, esses sujeitos constroem sua leitura do espaço e de sua prática desde as insuficiências que o ambiental lhes representa, interpondo tomadas de posição a constituir o *locus* desde a precariedade, a transitoriedade e a impossibilidade de uma crítica efetiva sobre as contradições que perfazem suas atividades, na manutenção de um sistema de produção e consumo exploratório e insustentável.

A dimensão educativa do campo: aprendizagens na atividade de reciclagem

A atuação na atividade de reciclagem de resíduos sólidos, ao constituir, um vínculo de trabalho (triagem de resíduos), produz também um espaço educativo,

que pode ser visto como não-formal ou informal, de acordo com as características perpassadas nos diferentes processos pedagógicos, entrelaçado à constituição da identidade de catador e reciclador no *lócus* de atuação. Segundo Maria da Glória Gohn (2006), compreende-se educação não-formal como aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento das experiências em espaços e ações coletivos cotidianos, nos quais o educador é o *outro*, aquele com quem interagimos e nos integramos a partir de processos interativos intencionais, que acontecem nos espaços que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos. Já a educação informal consiste em um processo permanente e não organizado, no qual os conhecimentos não são sistematizados, e sim repassados a partir das práticas e experiências anteriores. Os resultados não são esperados, simplesmente acontecem segundo o senso comum nos indivíduos.

Percebemos que o trabalho na reciclagem tem sido um espaço de aprendizagens, em um processo sem sistematizações formais (educação informal), as quais tencionam os sujeitos na formação de um modo de atuação.

Esses trabalhadores compartilham saberes técnicos acerca da separação de resíduos ou da operação dos equipamentos e, no diálogo com os companheiros, socializam acontecimentos cotidianos, expectativas, etc. Ademais, aproximam-se das peculiaridades do trabalho em uma associação, experiência que se comparada a atividades anteriores (pautadas pela relação patrão empregado), interpõe a necessidade de saberes voltados à atuação junto a coletivos, sobretudo no que concerne a procedimentos decisórios.

Aprendi um monte de coisa. Antes quando eu trabalhava eu não sabia pra que servia reciclagem, eu não sabia, agora tipo na rede a gente tá fazendo um folder, a gente tá aprendendo como se faz um folder, como é que a gente vai nas escolas passar os ensinamentos. Tu aprende a trocar ideias com os outros grupos (Reciclador).

Entretanto, o trabalho dos catadores e recicladores nas cooperativas e associações também poderia ser visto como um espaço de educação não-formal. No desenvolvimento de suas ações, vivenciam práticas que constituem aprendizagens próprias de seu campo de atuação. Experiências no espaço de trabalho ligadas às práticas cotidianas (aprender a separação dos resíduos, operação dos equipamentos), ao diálogo com os companheiros (relatos de vida, conversa sobre os acontecimentos cotidianos, etc), aos momentos de decisão coletiva (assembleias, reuniões sobre a organização do trabalho, eleições de coordenação, etc), à representação do grupo em outros espaços políticos (junto à Prefeitura, ao Fórum de Recicladores, etc.) e em projetos e ações de acompanhamento e assessoria promovidos por outras entidades (ONG, Fundações Privadas, etc.), constituiriam um conjunto de práticas pedagógicas com significativas experiências de aprendizado.

A vivência e a participação nesses diferentes espaços e experiências poderia constituir um processo educativo não-formal, com significativas aprendiza-

gens no campo ambiental, que acarretariam na construção de um sentimento de pertença e de identificação com a reciclagem (mesmo tendo em vista a transitoriedade do trabalho), no desenvolvimento de habilidades para o trabalho de forma cooperativada, participativa e autogestionária (diferente das outras experiências de trabalho anteriores), e na apreensão dos conceitos, noções e discursos que perpassam o campo ambiental e o constituem, estabelecendo uma apropriação e re-elaboração do mesmo, redefinindo sua inserção política e social.

Eu vejo como um benefício pra nós mesmos, pro dia a dia da gente, porque todo esse material tem consequência de ser jogado em qualquer lugar. Pro futuro da gente acho que isso é importante, é uma coisa que não deveria acabar nunca, não deveria de ser privatizado nunca, sabe, é do povo, pro povo, pra todo mundo, né. O pessoal tem que se conscientizar disso aí, principalmente, além de tu estar dando de comer pra muitas famílias, tu tem vários benefícios, todo o material é re-utilizado de novo, tu não precisa estar desmatando, tu não precisa né, não vai entupir ralo, essas coisas. Então, pra mim, o mais importante nisso tudo, além das famílias que se sustentam disso aí, é o benefício que isso traz para o povo, pra nós assim. Eu acho (Reciclador).

Apesar desse potencial pedagógico, não há uma intencionalidade educativa objetiva nessas ações e experiências desenvolvidas no cotidiano dos catadores e recicladores, não se constituindo processos pedagógicos mais elaborados (talvez, a exceção das ações desenvolvidas por outras entidades parceiras), informalizando as aprendizagens. A condição de transitoriedade que perpassa a relação do catador com o campo parece inibir a consolidação de representantes entre os recicladores e fragilizar resultados educativos junto aos grupos. A condição transitória no trabalho, aliada à precariedade das condições de vida, acaba por afastar os catadores dessas experiências educativas, não constituindo aprendizagens significativas no que tange ao pertencimento ao campo ambiental. A dimensão educativa do campo, junto às atividades de recicladores, está orientada, sobretudo, a aspectos técnico-produtivos e/ou administrativo-organizacionais (quanto aos processos decisórios comuns à constituição de uma associação – assembleias, reuniões, etc.), como saberes necessários ao cotidiano de labuta e ao atendimento das necessidades dos sujeitos que agora trabalham na reciclagem.

O discurso ambiental que permeia o campo (pautado, por exemplo, pela valorização de saberes ecológicos e pela preservação de recursos naturais) é reconhecido e, em alguns casos utilizados nos depoimentos, sem que se possa observar, porém, vinculações identitárias ao espaço social em análise aqui. Tal filiação é percebida mais comumente junto às pessoas que assessoram o trabalho das associações, integrantes dos quadros de organizações não governamentais parceiras.

Considerações finais

Conforme procuramos destacar acima, a emergência da temática ambiental e sua apropriação por diferentes setores da sociedade civil e do Estado não se dá mediante uma progressão linear com sentido crescente, mas inclui todo um conjunto de avanços e recuos, resistências, redirecionamentos e reapropriações. Simultaneamente condição de possibilidade e resultado provisório desse processo, o campo ambiental se caracteriza também pela recursividade das relações entre as trajetórias de vida dos seus sujeitos (sua dimensão instituinte) e aquelas suas estruturas mais estáveis, como as políticas públicas e leis ambientais (sua dimensão instituída). Nesse esquema, ao entrarem em contato com um campo que os antecede e ultrapassa, os sujeitos acabam o reescrevendo ao mesmo tempo em que se reformulam.

No caso específico da atividade de reciclagem, as transformações na gestão dos resíduos urbanos em Porto Alegre, principalmente aquelas ocorridas a partir da década de 1960, parecem-nos alusivas às movimentações inerentes ao campo. Pode-se identificar nelas, por exemplo, certo distanciamento entre os discursos tornados públicos e o conjunto de práticas sociais que os sustentam. Decorre daí a possibilidade, talvez necessidade, de distinguirmos no campo aquela sua parcela mais visível – aparente – do resto que não obtém a mesma repercussão na esfera pública.

Marcadas pelo constante trânsito entre lugares, pela perda e reconstrução de referenciais, assim como por inserções informais no mundo do trabalho, as trajetórias das mulheres e dos homens recicladores modulam suas relações com o campo ambiental. Ao conceber seu trabalho como provisório e circunstancial (projetando expectativas, por exemplo, de um vínculo formal, associado a direitos trabalhistas), esses sujeitos narram tomadas de posição constituídas na interação com a precariedade, mas também desconformes com ela, vivenciadas, ademais, como uma condição ausente dos usuais discursos que promovem a reciclagem, na maioria dos casos enaltecendo sua importância para sociedade sem, contudo, problematizar suas contradições na produção do sistema capitalista. Em narrativas construídas na relação de pesquisa, recicladores parecem reconhecer e verbalizar o suposto valor de sua atividade, como um serviço prestado ao meio ambiente, mas enunciam no desejo de um trabalho distinto certo sentimento de desvalorização do exercício da reciclagem. Além disso, esses trabalhadores raramente articulam esse discurso à trama de relações na qual a própria atividade se insere e da qual a imagem social do reciclador decorre. Nesse ínterim, tal apropriação do discurso ambiental distancia-se das proposições de Leff (2001; 2003) acerca das esferas substantiva e instrumental da *racionalidade ambiental*. O trabalho de reciclagem, na maioria dos casos, é uma alternativa de sustento, uma opção desde a subsistência. A necessidade de sobrevivência, o aumento na renda, a melhoria na qualidade de vida e o desejo de inserir-se também no mercado de consumo constituem prio-

ridades para esses sujeitos, instaurando tomadas de posição congruentes e estruturantes do jogo de forças que sustenta a cadeia produtiva de reciclagem.

Impelidos mais pelas necessidades do que pelos desejos, forjados no trânsito e para o trânsito, esses sujeitos *passam* ao invés de ficar; prosseguem suas jornadas levando consigo o conjunto de saberes construídos ao longo desse caminho. Nesse sentido, ao recusarem um engajamento mais efetivo, ao se apropriarem do discurso de cunho ambiental somente naquilo que esse lhes oferece de significativo, a cada instante, reescrevem o campo imprimindo-lhe a sua marca. No que concerne à atividade de reciclagem, essa marca se manifesta na dificuldade do campo em modificar-se pelo acúmulo de conhecimentos e experiências: o trânsito dos seus sujeitos e a evasão de saberes condenam os coletivos a um eterno recomeço. Daí, talvez, a prevalência das transformações operadas desde *cima* em relação àquelas operadas por iniciativa das bases. A dificuldade na formação de lideranças, decorrência da alta rotatividade observada nesses coletivos, mas não apenas dela, limita as possibilidades de aprofundamento do debate e de reformulação significativa das dinâmicas de trabalho. Nesse sentido, o campo ambiental sobre o qual estamos falando se apresenta marcado pelo hiato entre as diretrizes que orientam a atividade de reciclagem e as demandas e aspirações dos homens e mulheres que a animam.

No entanto, essa cadeia produtiva em Porto Alegre não é constituída somente pelos posicionamentos de recicladores; integram-na ainda representantes do poder público, organizações não governamentais, associações de recicladores, catadores de rua, *atravessadores* e os demais cidadãos usuários do sistema público de coleta. Esses agentes se diferenciam entre si na sua proximidade e acesso aos recursos instituídos no campo – dados, por exemplo, pelo usufruto de vínculos formais de trabalho, estabilidade de contratos, autoridade nos processos decisórios legalizados –, e pelas habilidades desenvolvidas para se *situar* na trama de relações que caracteriza os serviços de reciclagem na cidade. Vislumbramos, portanto, um jogo de forças a potencializar não apenas as posições de agentes de instâncias governamentais, mas também dos *atravessadores*, reguladores informais da comercialização dos resíduos e, possivelmente, aqueles que vêm auferindo maiores ganhos com a reciclagem dos descartes gerados no sistema.

Quanto à dimensão educativa do campo, instituída nos atravessamentos entre suas diferentes esferas, parece-nos não explorada a contento. A despeito de suas potencialidades, de modo geral, restringe-se a aprendizagens técnicas referentes às atividades e dinâmicas de trabalho que se processam nas relações cotidianas. Fragilizam com isso pertencimentos relativos ao *ambiental*, conforme referimos aqui, visando alteração dos quadros de exploração social desses trabalhadores e deterioração de recursos naturais, numa crítica aos padrões de produção e consumo que temos construído, dos quais a prática de reciclagem que narramos faz parte.

Nosso itinerário de pesquisa tem nos sugerido uma hipótese de trabalho, que apresentaremos como provocação final, a inspirar-nos na sequência de nossos diálogos com catadores e recicladores. Em campo, entre observações e conversas com essas pessoas, a prática de narrar trajetórias tem configurado uma atividade reflexiva sobre as experiências de vida, ora destacando vivências significativas, ora proporcionando comentários acerca do contexto. Dessa forma, além da coleta de informações, a narrativa potencializa um processo educativo que, consideramos, começa pela reconstrução das interpretações dos sujeitos sobre seu *lócus* desde os caminhos que percorreram.

Os itinerários marcados pela provisoriidade e pelo trânsito poderiam ser problematizados nos elementos que os singularizam e também naqueles que os aproximam da coletividade, aventando possíveis unidades identitárias ao fortalecer suas produções de vida e discutir limites impostos pelo contexto (e suas relações de poder) a seus percursos pessoais e grupais. Iniciar pelo que têm a nos contar pode ser o ponto de partida para buscar (dialogicamente) alternativas que fortaleçam os recicladores no campo de ação.

Recebido em junho de 2009 e aprovado em setembro de 2009.

Notas

- 1 “Trata-se de processos sociais, empiricamente delimitados, pertencentes a uma tendência histórica, no Brasil e em outros países, de certa duração (embora recente, na órbita da história do tempo presente), que se pode datar por comodidade a partir das repercussões da conferência sobre meio ambiente promovida pela ONU em Estocolmo, em 1972” (Lopes, 2006, p.33-34).
- 2 Utilizaremos, neste texto, as denominações catadores e recicladores sem distingui-las quanto às tomadas de posição que tais sujeitos produzem, embora reconheçamos as disputas identitárias que constituem este campo, organizadas conforme a atuação de movimentos sociais e entidades representativas do segmento.
- 3 Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em estudo realizado no ano de 2006.
- 4 LOPES, J. S. L. Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan/jun. 2006
- 5 Leff (2003) estabelece críticas à imposição de perspectivas na explicação de diferentes ordens sociais. Assim, problematiza os limites da ecologia e da teoria dos sistemas ao se fixarem na unidade e no holismo, bem como ao uso da dialética na conformação de totalidades ideais. Cada qual teria buscado estabelecer explicações totais a contextos diversos.
- 6 “[...] Espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas, o campo se define como o *lócus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (Ortiz, 1983, p. 19).

- 7 Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- 8 Conveniadas com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).
- 9 Uma das formas mais populares de se brincar o carnaval na Porto Alegre do século XIX. Consistia basicamente na “guerra” de limões de cheiro, água e farinha entre os foliões (Leal, 2008).
- 10 Até meados da década de 20 do século passado, a produção média diária de lixo em Porto Alegre era de cerca de 34 toneladas (Costa, 1998).
- 11 Sistema que tinha como princípio fundamental a transformação do lixo orgânico em composto. Consistia de um conjunto de celas em forma de paralelepípedo, cobertas por uma laje de cimento, com uma pequena declividade e dreno de tijolos perfurados, conectados a um tanque (Costa, 1998).
- 12 Número que se mantém constante pelo menos desde 2001, conforme atesta a pesquisa Projeto Galpão: Escolarização nas Unidades de Reciclagem em Porto Alegre (UFRGS/PMPA/SMED), que diagnosticou, naquela ocasião, o montante de 67% de mulheres compondo os coletivos de trabalho da capital.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Você disse “popular”? **Revista Brasileira de Educação**, n. 1, jan-abr/1996, p. 16-26.
- CARVALHO, Isabel. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação de educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs) **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. P. 51-63.
- CARVALHO, Isabel. C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, julho de 2003.
- CARVALHO, Isabel. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- COSTA, Ana Cláudia F. **Os caminhos dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Porto Alegre/RS: da origem ao destino final**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- ECKERT, Cornélia. Questões em torno do uso dos relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Porto Alegre, ano 1994-1997.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In.: **Ensaio: Avaliação e Política Pública em Educação**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. Educação e Pesquisa. São Paulo, V.32, n. 2, maio/ago. 2006, p. 272-383.

JOSSO, Marie-Christine. **As figuras de ligação nos relatos de formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEAL, Caroline P. Uma outra festa para a Porto Alegre do século XIX: modernidade e carnaval. **História, imagem e narrativas**. Rio de Janeiro, n.7, ano 3, setembro/outubro, 2008.

LOPES, J. S. L. Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan/jun. 2006.

LEFF, Enrique (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARRE, J. L. Histórias de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n.3, v.3, p.89-141, janeiro/julho. 1991.

MARTINS, Clítia H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Porto Alegre: FEE, 2004. (Teses FEE; n.5)

MARTINS, Clítia H. B.. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade profissional. **Mulher e Trabalho** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 5, p. 65-78, 2003.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Wilson José F. **A utilização do referencial “ambientalista” como justificativa à implantação do sistema de coleta seletiva de lixo em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu** – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

Cassiano Pamplona Lisboa é licenciado em ciências biológicas (UFRGS), mestre em Educação (UFRGS) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS (bolsista CAPES).

E-mail: cassiano.lisboa@gmail.com

Leandro Rogério Pinheiro é sociólogo, mestre em administração (UFRGS) e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS. É professor (substituto) na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nas Faculdades Porto Alegrenses (FAPA) e nas Faculdades de Taquara (FACCAT). E-mail: leandropinheiro75@gmail.com



Marcio Freitas do Amaral é pedagogo, mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS e bolsista CNPq.

E-mail: marxamaral@yahoo.com.br

Tiago Daniel de Mello Cargnin é doutorando em Teologia pelo Instituto de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia, São Leopoldo/RS. É pesquisador no “Estudo do Perfil sócio-educacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho” (MEC/UFRGS).

E-mail: tiago_cargnin@yahoo.com